



MUNICÍPIO DE CONTENDA - PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO – 2009

PROVA OBJETIVA



PROCURADOR JURÍDICO

- 1) Todas as alternativas estão corretas, EXCETO:
 - (A) As ações em que o ausente for réu correm no foro de seu último domicílio, que é também o competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.
 - (B) É competente do foro do lugar do ato ou fato para a ação de reparação de dano.
 - (C) É competente a autoridade judiciária brasileira quando a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil.
 - (D) A ação em que o incapaz for réu se processará no foro do domicílio de seu representante.
 - (E) Nas ações de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do réu ou do local do fato.

- 2) Assinale a alternativa INCORRETA.
 - (A) Os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei. Quando esta for omissa, o juiz determinará os prazos, tendo em conta a complexidade da causa.
 - (B) Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório; a convenção, porém, só tem eficácia se, requerida antes do vencimento do prazo, se fundar em motivo legítimo.
 - (C) Não havendo preceito legal nem assinatura pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para prática de ato processual a cargo da parte.
 - (D) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, se interrompendo nos feriados.
 - (E) Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.

- 3) Em relação aos Recursos é CORRETO afirmar que:
 - (A) O recorrente poderá a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
 - (B) Se, durante o prazo para interposição do recurso, sobrevier o falecimento da parte ou de seu advogado, ou ocorrer motivo de força maior, que suspenda o curso do processo, será tal prazo restituído em proveito da parte, do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr novamente depois da intimação.
 - (C) O julgamento proferido pelo tribunal não substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto do recurso.
 - (D) A apelação será recebida só no efeito suspensivo, quando interposta de sentença que homologar a divisão ou a demarcação, condenar a prestação de alimentos, decidir o processo cautelar, rejeitar liminarmente embargos à execução ou julgá-los improcedentes.
 - (E) A apelação não devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

- 4) Em relação à sentença, são verdadeiras as alternativas, EXCETO:
 - (A) Pode-se citar como sendo alguns dos requisitos essenciais: o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem; e o relatório, que conterá os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo.
 - (B) O juiz decidirá em forma concisa, nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito.
 - (C) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo, ou por meio de embargos infringentes.
 - (D) É proibido ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

- (E) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença.
- 5) Em relação ao estabelecimento comercial, é INCORRETO afirmar que:
- (A) Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.
 - (B) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento não dependerá do pagamento dos credores, exceto quando estes notificarem oficialmente ao alienante no prazo de 30 dias contados da venda.
 - (C) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.
 - (D) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não poderá fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.
 - (E) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente.
- 6) As alternativas abaixo são corretas, EXCETO:
- (A) A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos.
 - (B) A falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de 180 (cento e oitenta dias) é uma das causas de dissolução de sociedade.
 - (C) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz a requerimento da parte, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
 - (D) Considera-se empresária a cooperativa, independentemente de seus objeto social.
 - (E) As pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados, celebram contrato de sociedade.
- 7) Em relação a falência, assinale a alternativa correspondente.
- I. Desde a decretação da falência, o devedor perde o direito de administrar os seus bens ou deles dispor.
 - II. Os contratos bilaterais se resolvem pela falência, cujos quais, não serão cumpridos pelo administrador judicial, evitando-se o aumento do passivo da massa falida.
 - III. A decretação da falência suspende o exercício do direito de retirada ou de recebimento do valor de suas quotas ou ações, por parte dos sócios da sociedade falida.
- (A) Apenas a alternativa I é falsa
 - (B) Apenas a alternativa II é verdadeira
 - (C) Apenas as alternativas I e III são verdadeiras
 - (D) Apenas as alternativas I e II são verdadeiras
 - (E) Todas as alternativas são falsas
- 8) A exclusão de responsabilidade por infrações de legislação tributária, pela denúncia espontânea, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora:
- (A) É vedada pelo Código Tributário Nacional.
 - (B) Não está prevista no Código Tributário Nacional, mas pode ser admitida, se prevista em lei ordinária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (C) Está prevista no Código Tributário Nacional, sendo admitida se a denúncia for apresentada antes do início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.
 - (D) Está prevista no Código Tributário Nacional, devendo a denúncia ser apresentada após o início da ação fiscal e antes da lavratura de Auto de Infração.
 - (E) Está prevista apenas nas legislações de cada um dos entes tributantes.
- 9) Assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) É obrigatória a interpretação literal de norma que verse sobre moratória.

- (B) A lei tributária aplica-se a ato pretérito, em qualquer caso, quando deixe de defini-lo como infração.
- (C) Os princípios gerais do direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não são utilizados para definição dos respectivos efeitos tributários.
- (D) A lei definidora de infrações tributárias interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à imputabilidade.
- (E) Na ausência de disposição expressa a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente: a analogia, os princípios gerais do direito tributário, os princípios gerais do direito público e a equidade.

10) Dentre outras, são causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, respectivamente:

- (A) a remissão, a imunidade e a decadência
- (B) a transação, o pagamento e a evasão
- (C) o parcelamento, a compensação e a isenção
- (D) a isenção, a anistia e a moratória
- (E) a conversão de depósito em renda, a elisão e a prescrição

11) Ocorrido determinado fato gerador, o Sr. Michikumaya deveria pagar o respectivo tributo. Entretanto, uma lei editada posteriormente ao fato deu por extinta, sem pagamento, metade da dívida das pessoas que se enquadravam na situação de Michikumaya. Passaram-se seis anos, e o fisco nem mesmo constituiu o crédito tributário contra Michikumaya, relativamente à outra metade do crédito. Nesta hipótese, configura-se a situação de extinção da dívida por:

- (A) remissão e decadência
- (B) prescrição e compensação
- (C) transação e prescrição
- (D) transação e remissão
- (E) remissão e prescrição

12) Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As imunidades tributárias são aplicáveis aos tributos em geral.
- (B) A imunidade tributária decorre, necessariamente, da norma constitucional, enquanto a isenção pode ser instituída por lei ordinária ou complementar.
- (C) A denominada imunidade recíproca é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados as suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- (D) A imunidade relativa ao patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, depende do cumprimento de requisitos previstos em lei.
- (E) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

13) Sobre as modalidades de lançamento do crédito tributário, podemos afirmar que:

- (A) o lançamento por declaração é aquele feito em face da declaração prestada pelo próprio contribuinte ou por terceiro.
- (B) lançamento por homologação é feito quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de calcular o tributo, submetê-lo ao prévio exame da autoridade administrativa, e realizar seu pagamento.
- (C) o lançamento de ofício é aquele feito pela autoridade administrativa, com base nas informações prestadas pelo contribuinte.
- (D) a revisão do lançamento, em quaisquer de suas modalidades, pode ser iniciada mesmo após a extinção do direito da Fazenda Pública, nos casos de erro por parte do contribuinte.
- (E) na hipótese do lançamento por homologação, não fixando a lei ou o regulamento prazo diverso para homologação, seu prazo será de cinco anos, contados do fato gerador.

14) Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito de natureza tributária regularmente inscrita, cujo prazo para pagamento esteja esgotado.

- (B) A inscrição da dívida ativa constitui ato de controle administrativo da legalidade.
- (C) A maneira de calcular os juros de mora acrescidos ao crédito tributário deve constar da certidão de dívida ativa.
- (D) A dívida regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré constituída.
- (E) A certidão da dívida ativa é o título judicial que embasa a inicial na ação executiva.

15) Todas as alternativas são corretas, EXCETO:

- (A) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- (B) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
- (C) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa e em fase de execução.
- (D) Segundo o CTN, os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência são considerados extraconcursais.
- (E) A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, inventário ou arrolamento.

16) Concernente à Lei nº 101, de 04 de maio de 2000 (responsabilidade sobre a gestão fiscal), analise os textos abaixo:

I – Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, a previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional do ente da Federação.

II – São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

III – As contas apresentadas pelo chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Quais destas afirmações estão CORRETAS?

- (A) Apenas a I
- (B) Apenas a I e a II
- (C) Apenas a II
- (D) Apenas a II e a III
- (E) Todas

17) A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 preconiza alguns conceitos relativos ao processo licitatório. Relacione as colunas abaixo.

- | | | |
|----------------------|-----|--|
| 1 - CONCORRÊNCIA | () | Modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos entre um número mínimo de 3 (três), pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas. |
| 2 - TOMADA DE PREÇOS | () | Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias. |
| 3 - CONVITE | () | Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos |

ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao da avaliação.

4 - CONCURSO () Modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

5 - LEILÃO () Modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

- (A) 3 – 2 – 4 – 1 – 5
- (B) 4 – 3 – 1 – 2 – 5
- (C) 1 – 4 – 5 – 3 – 2
- (D) 3 – 4 – 5 – 1 – 2
- (E) 2 – 3 – 5 – 1 – 4

18) O Contrato de Gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as obrigações do Poder Público e da organização social, devendo observar os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos, EXCETO:

- (A) especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução.
- (B) limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções.
- (C) previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade.
- (D) previsão orçamentária dos trabalhos a serem executados, com a devida aprovação no poder legislativo correspondente.
- (E) outras cláusulas dos contratos de gestão devem ser definidas pelas autoridades supervisoras da área de atuação da entidade.

19) Analise as assertivas abaixo e assinale a INCORRETA, quanto à extinção dos atos administrativos.

- (A) Revogação é a supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz, porém, que se tornou inoportuno ou inconveniente – questão de mérito administrativo. Somente a Administração Pública pode revogar seus atos. Por se tratar de ato legal e eficaz, a revogação opera efeito *ex nunc*.
- (B) Anulação é a supressão de um ato administrativo ilegal ou ilegítimo – questão de legalidade ou legitimidade – em que tanto a Administração Pública quanto o Poder Judiciário podem anular os atos administrativos eivados de vício. Por se tratar de ato ilegal ou ilegítimo, a anulação opera efeito *ex tunc*, ou seja, desde a origem.
- (C) Caducidade é a supressão de um ato administrativo, em face da entrada em vigor de nova lei, que torna incompatível a sobrevivência da situação antes permitida com a norma jurídica superveniente.
- (D) Contraposição é a supressão de um ato administrativo, por ter a autoridade competente, posteriormente, praticado outro, cujo efeito lhe seja completamente adverso ou contraposto.
- (E) Revogação é a supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz, porém, que se tornou inoportuno ou inconveniente – questão de mérito administrativo. Somente a Administração Pública pode revogar seus atos. Por se tratar de ato legal e eficaz, a revogação opera efeito *ex tunc*.

20) Acerca da concessão de serviços públicos, pode-se afirmar que:

- (A) pode ser extinta por caducidade, isto é, pelo decurso do prazo do contrato.
- (B) não pode ser extinta em nenhuma hipótese.

- (C) deve ser extinta por caducidade, em caso de concordata.
- (D) deve ser formalizada mediante contrato ao término do qual há reversão de todos os bens de propriedade da concessionária ao patrimônio público.
- (E) pode ser extinta por encampação ou resgate, por motivo de interesse público, sempre mediante indenização e desde que haja autorização em lei específica.

21) “Visa a anular o ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural”.

A descrição acima diz respeito a:

- (A) ação civil pública
- (B) mandado de segurança coletivo
- (C) habeas corpus
- (D) ação popular
- (E) mandado de injunção

22) Assinale a alternativa correta:

São requisitos para aquisição de estabilidade do servidor público:

- (A) nomeação em concurso público, cumprimento de estágio probatório de dois anos e avaliação de desempenho.
- (B) posse em cargo público, cumprimento de estágio probatório de um ano e avaliação de desempenho.
- (C) aprovação em concurso público, cumprimento de estágio probatório de três anos e avaliação de desempenho.
- (D) nomeação em cargo público, cumprimento de estágio probatório de três anos e avaliação de desempenho.
- (E) aprovação em concurso público, cumprimento de estágio probatório de dois anos e avaliação de desempenho.

23) A inviolabilidade de domicílio, assegurada pelo artigo 5º, XI, da Constituição Federal.

- (A) prevê a possibilidade de ingresso em domicílio para prestação de socorro
- (B) prevê a possibilidade de ingresso em domicílio, a qualquer tempo, desde que mediante ordem judicial
- (C) pode ser suprimida por emenda constitucional
- (D) pode sofrer restrição na vigência do estado de defesa, que permite a busca e a apreensão em domicílio, sem autorização judicial
- (E) pode ser quebrada desde que justificada pela polícia

24) Para que seja válido e, portanto, produza regulares efeitos, o negócio jurídico requer:

- (A) agente capaz; objeto lícito, possível indeterminado ou determinável; forma prescrita ou não defesa em lei.
- (B) agente capaz; objeto lícito, impossível, indeterminado ou determinável; forma prescrita ou não defesa em lei.
- (C) agente incapaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma prescrita ou não defesa em lei.
- (D) agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma não prescrita ou não defesa em lei.
- (E) agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma prescrita ou não defesa em lei.

25) Os direitos de personalidade são:

- (A) direitos indisponíveis, intransmissíveis e patrimoniais
- (B) direitos disponíveis, porém intransmissíveis
- (C) direitos à integridade moral, unicamente
- (D) direitos inalienáveis, irrenunciáveis, imprescritíveis e indisponíveis
- (E) direitos alienáveis, porém com limitação

26) Dentre as questões que seguem, assinale a alternativa falsa.

- (A) As características identificadoras dos bens fungíveis são a espécie, a qualidade e a quantidade.

- (B) São consumíveis os bens divisíveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância.
- (C) São considerados bens móveis as energias que tenham valor econômico.
- (D) Os bens infungíveis são insubstituíveis, ainda que por similares.
- (E) Não são considerados bens móveis os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.

27) Entende-se por relação de emprego:

- (A) A realização de serviços não eventuais, onerosos, prestados para uma pessoa física.
- (B) A realização de serviços não eventuais, onerosos, subordinados, através de uma pessoa física, tendo como tomador dos serviços um empregador.
- (C) A realização de serviços onerosos, através de pessoa física, tendo como tomador de serviços uma pessoa jurídica.
- (D) A realização de serviços, de forma permanente, a título gratuito, a uma pessoa física ou jurídica, visando um resultado de natureza econômica.
- (E) A realização de serviços, de forma esporádica, porém remunerada a uma pessoa física ou jurídica.

28) Assinale a opção correta quanto ao recurso de revista.

- (A) Não é admitida a interposição de recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.
- (B) O prazo para interposição do recurso de revista é de 10 dias.
- (C) Em todos os casos o recurso de revista possui efeitos devolutivo e suspensivo.
- (D) O recurso de revista é cabível contra decisões proferidas pelos tribunais regionais do trabalho ou por suas turmas, em execução de sentença, em casos de ofensa direta e literal de normas da Constituição Federal.
- (E) O prazo para interposição deste recurso é de 5 dias.

29) Nas audiências na Justiça do Trabalho, está correta a afirmação contida na alternativa:

- (A) a ausência do reclamante importa no arquivamento do processo e este não poderá apresentar nova reclamatória.
- (B) o reclamante não poderá apresentar nova reclamação pelo prazo de três meses.
- (C) deixando de comparecer pela segunda vez, o processo será arquivado e o reclamante perde o direito de ação por dois meses.
- (D) o reclamante que der causa a dois arquivamentos seguidos da reclamação trabalhista pelo seu não comparecimento à audiência, fica impossibilitado, de exercer o direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.
- (E) o reclamante pode ausentar-se na primeira e na segunda audiência inaugural e após seis meses apresentar uma nova reclamação.

30) Assinale a opção correta com relação ao direito ambiental.

- (A) São Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, entre outros, o zoneamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais e a criação de espaços territoriais espacialmente protegidos, em áreas públicas ou particulares.
- (B) O princípio da função socioambiental da propriedade autoriza o poder público a impor limites apenas ao uso de bens imóveis localizados em área rural, no que respeita à exploração de seus recursos naturais, não se aplicando, porém, tal preceito à propriedade urbana.
- (C) A legislação brasileira estabelece, em enumeração taxativa, todos os casos em que a administração pública deve exigir do empreendedor a elaboração de estudo prévio de impacto ambiental, o qual nunca poderá ser dispensado pelo órgão ambiental.
- (D) A responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente, por ser de natureza objetiva, exige caracterização de culpa para efeito de obrigação de reparar os prejuízos causados.
- (E) As atividades potencialmente poluidoras só podem receber a licença de operação após audiência pública realizada no Conselho Nacional de Meio Ambiente, sendo necessária a participação de dois terços dos conselheiros.